

Legislativo para DF

ainda sem definição

CORREIO BRAZILIENSE

12 ABR 1980

eleição

O Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, afirmou ontem que a representação política para o Distrito Federal "não foi sequer questão de exame do Governo Federal" e definiu como "mal-entendidos" as afirmações de pessoas que, depois de contatos com ele anunciaram posições favoráveis que não são de ordem oficial.

A afirmação de Abi-Ackel foi feita em entrevista coletiva à imprensa, depois de pronunciamento no Ministério da Justiça, encerrando as comemorações do 1º ano de aniversário do Governo João Figueiredo, ocasião em que declarou que "o governo não vê, porque não pode ver" o funcionamento do Partido Comunista do Brasil, pois "a Constituição da República o proíbe, por isso, o governo não pode decidir sobre a matéria".

Em referência ao diálogo com as oposições, numa possível União Nacional, argumentou que "o ges-

to de mão-estendida do presidente Figueiredo começa a encontrar reflexos naturais" pois um diálogo de natureza política só se pode fazer entre contrários, "sem que ninguém perca suas características próprias" e ressaltou que isso representa um passo significativo para o regime democrático brasileiro.

A ausência do PMDB como representante das Minorias do Congresso Nacional, no Conselho da Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, conceituou como "lamentável omissão", e que resta ao governo apenas renovar o convite à participação a cada reunião. Caracterizou como "um ato de independência do Poder Legislativo" a retirada de tramitação no Congresso dos anteprojetos de emendas constitucionais pelos partidos de oposição para que "emendão Abi-Ackel" seja votado ainda este ano e resta-beleça as eleições diretas para governador e vice-governador.